

# **A visão do Paraíso na sociedade colonial lusu-brasileira**

**(Uma avaliação da obra de Nuno  
Marques Pereira)**

*Riolando Azzi*

A sociedade colonial brasileira viveu sob a influência marcante de concepções políticas, sociais e religiosas vigentes desde a Idade Média e transplantadas para além-mar pelos lusitanos.

Neste estudo, desejo enfocar como era sentida na colônia luso-brasileira a idéia religiosa de Paraíso, a partir da análise de um autor do século XVIII, Nuno Marques Pereira. Minha intenção é mostrar como a concepção de Paraíso adotada pelos luso-brasileiros estava enraizada na mentalidade medieval. Ao mesmo tempo, tenciono também ressaltar que as idéias religiosas não constituem um compartimento estanque na vida da sociedade, mas normalmente se apresentam articuladas e entrelaçadas com interesses de natureza política e de ordem socioeconômica.

Assim sendo, a análise da visão teológica do Paraíso pode servir como instrumento para uma melhor compreensão da maneira como foi estruturada a sociedade colonial. Além disso, serve também para evidenciar a longa duração de mentalidades articuladas da ordem social, sobretudo quando se apresentam legitimadas por concepções de natureza religiosa.

Para uma melhor compreensão da análise da doutrina católica do Paraíso na obra de Nuno Marques Pereira, é necessária uma indicação prévia do próprio contexto em que o autor redigiu a sua obra.

## 1. O contexto da obra

Escrito nas primeiras décadas do século XVIII, o *Compêndio Narrativo do Peregrino da América* faz diversas referências à descoberta do ouro nas Minas Gerais e ao afluxo populacional para essa região. É a avidez pela busca de ouro e pedras preciosas que leva o autor a publicar suas reflexões de caráter ético-religioso nesse período da história da sociedade brasileira.

### 1.1. A época

A partir de fins do século XVII, a história brasileira sofreu uma alteração significativa com a descoberta das Minas Gerais. Até então, a sociedade colonial tivera sua base econômica na grande propriedade rural, sustentada pelo regime escravocrata. Era principalmente no litoral do Nordeste que se haviam multiplicado os engenhos para a produção açucareira, monopólio da Coroa.

Desde 1693, porém, as descobertas de ouro começaram a atrair milhares de pessoas para a região interiorana das Minas, transformando progressivamente o centro-sul do país num novo pólo de interesses políticos e econômicos da Metrópole. Em decorrência do grande afluxo, o período entre 1693 e 1720 é marcado tanto pela instabilidade da ordem, como pelo espírito aventureiro e por diversas rebeliões na região das Minas Gerais.

É exatamente em 1704 que Nuno Marques Pereira inicia seu itinerário de peregrinação pela região, conforme assinala Pedro Calmon<sup>1</sup>.

Desde o início, de fato, ele apresenta em sua obra um quadro bastante dramático da desorganização da sociedade brasileira motivada pela febre do ouro:

“E porque não fique este Estado do Brasil sem algum exemplo dos muitos, em que a soberba e as riquezas têm feito estragos, reparai e notai com atenção. Ide a Pernambuco, passai no Rio de Janeiro, subi a São Paulo, entrai nesta cidade, correi essas vilas, e seus recôncavos: vereis em quantos têm a soberba e os interesses feito notáveis destroços. A uns, arrimar bastões: a outros, largar ginetes: a muitos, encostar bengalas: a alguns, deixar alabardas, e fugirem muitos soldados: despejar engenhos, desamparar fazendas”.

E, em seguida, conclui:

“E se perguntardes a essas ruínas quem lhes causou tão lastimosos estragos, vos responderão em ecos essas arruinadas paredes e medonhas fornalhas dos engenhos: que tudo lhes procedeu da soberba e demasiada ambição”<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Vide Nuno MARQUES PEREIRA, *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, Rio de Janeiro, A.B.L., 1988, tomo I, p. 53, nota 1.

<sup>2</sup> Os textos de Nuno Marques Pereira serão sempre citados de acordo com a edição em dois tomos mencionada na nota 1. As indicações serão dadas no corpo do artigo. O algarismo romano remete ao tomo, o arábico à página. Aqui: I, 49.

Convém ter presente que o Peregrino inicia sua descrição a partir da cidade de Salvador, primeira capital brasileira.

A consciência da crise social, aliás, era bastante generalizada, como indica Lúcio d'Azevedo:

"Em 1706 o governador do Brasil, D. Rodrigo da Costa, de retorno à Europa, representava caminhar o Estado para a ruína total, por faltarem os escravos, todos vendidos para as minas, mal chegavam aos portos"<sup>3</sup>.

Nesse período de crise, Nuno Marques levanta sua voz em defesa dos princípios religiosos e morais. Poucos são os dados biográficos, porém, desse apologista da fé católica.

## 1.2. O autor

As informações a respeito de Nuno Marques Pereira são muito escassas.

Segundo Diogo Barbosa Machado, autor da *Biblioteca Lusitana*, era natural da vila de Cairu, a cerca de 14 léguas da cidade de Salvador, tendo nascido em 1652. Rodolfo Garcia, por sua vez, atribui-lhe a nacionalidade lusitana.

Documentos oficiais falam de sua transferência de Camamu para Salvador em 1704, por delitos que cometera. Mas não há nenhuma especificação a esse respeito.

Embora alguns autores estabelecessem o ano de 1718 como data da sua morte, é necessário prolongar sua existência por mais alguns anos, pois ainda em 28 de junho de 1725, escreve ele uma carta da cidade da Bahia para apresentar o segundo volume da sua obra.

Não faltam também aqueles que lhe atribuem o ofício de sacerdote. Mas é certo que se trata de um leigo, como ele próprio o afirma ao longo de sua obra.

É o que, aliás, dá a entender desde a apresentação da obra:

"Bem é verdade que me dirão muitos, que escrever, e ainda em matérias espirituais, só incumbe a seus professores; e que eu não o sou".

Em se tratando, porém, do perigo da perdição das almas no Estado do Brasil, todos segundo ele, deveriam levantar a sua voz. E acrescenta:

"Tenho mais outra razão, que por direito me favorece, segundo a lei... Porque como homem do povo posso avisar, e denunciar, para que se ponha cobro e se castiguem semelhantes vícios e pecados; poque é certo que dissimulá-los é querer que não se emendem" (I, 23-24).

<sup>3</sup> J. Lúcio de AZEVEDO, *Épocas de Portugal Econômico*, Lisboa, 1929, p.334.

Nuno Marques Pereira recebeu uma consideração especial por parte dos estudiosos da história da filosofia do Brasil, sendo incluído entre os moralistas do século XVIII.

Luís Washington Vita foi, sem dúvida, o primeiro autor que, utilizando categorias criadas por Max Scheler, passou a designar o pensamento luso-brasileiro inspirado na reforma tridentina como *saber de salvação*, desenvolvido através da filosofia escolástica.

Celina Junqueira, por seu turno, ressalta a importância da escolástica no pensamento brasileiro nestes termos:

“O período que se estende por todo o século XVII e primeira metade do século XVIII é o da preponderância das idéias morais sob a influência da Segunda Escolástica portuguesa. A rigor, não seria descabido apontar uma fase anterior, a da Escolástica Barroca (1550-1650), na expressão usada por Ferreter Mora para destacar a peculiaridade do primeiro tempo da Contra-reforma, ou seja, sua significação para a formação do pensamento moderno: era a época dos grandes nomes de Luís Molina, Pedro da Fonseca, Francisco Suárez e Francisco Sanches. Na verdade, porém, foi a Segunda Escolástica que repercutiu diretamente na Colônia através da pregação dos moralistas. Os textos mais elucidadores dessa pregação, reeditados pela Academia Brasileira de Letras, na década de trinta, constituem hoje em dia raridade bibliográfica: são as obras de Nuno Marques Pereira e de Feliciano Joaquim de Souza Nunes”<sup>4</sup>.

Feliciano de Souza Nunes nasceu e morreu no Rio de Janeiro (1730-1808), ocupando posição de destaque na administração colonial e na vida cultural. Fundou a Academia dos Seletos, reunindo a intelectualidade local. Sua principal obra são os *Discursos político-morais*, em número de sete, publicados em Lisboa em 1758.

Outro moralista importante da época é Matias Aires, nascido em São Paulo em março de 1705. Com cerca de onze anos viajou para Portugal, onde morreu entre 1759 e 1770. Escreveu *Reflexões sobre a vaidade dos homens*. Publicada em Lisboa, a obra teve quatro edições: 1752, 1761, 1778 e 1786.

Sem dúvida, porém, a obra mais importante e difundida sob o ponto de vista da doutrina católica é a de Nuno Marques Pereira, objeto de análise neste estudo.

### 1.3. A obra

Eis o título completo da obra de Nuno Marques Pereira: *Compêndio Narrativo da América. Em que se tratam vários discursos espirituais, e morais, com muitas advertências e documentos contra os abusos que se acham introduzidos pela malícia diabólica no Estado do Brasil*.

<sup>4</sup> Celina JUNQUEIRA, “Apresentação geral” in *Moralistas do século XVIII*, Rio de Janeiro, PUC, Ed. Documentário, 1979, p.78.

A obra já estava redigida em 1725, conforme consta do prefácio. A primeira edição foi publicada em Lisboa em 1728; a segunda, em 1731; a terceira, em 1752; a quarta, em 1760, e por último a quinta, em 1765.

Segundo Afrânio Peixoto, o *Peregrino da América* foi um dos textos mais lidos no Brasil em meados do século XVIII:

"Com efeito, de tal livro, densíssimo de páginas e conteúdo, tantas edições, só no século XVIII, e entre nós, é grande êxito. Nenhum dos nossos tivera, ou teve, no tempo, até mesmo um século depois, tantas edições. Só *Marília de Dirceu*, entre dois séculos, poesia, auréola de martírio para o cantor, o amor infeliz dos amantes, daria maior número. Só no fim do século XIX poetas e romancistas venceram o *Peregrino*".

Silva Avarenga, numa sátira, falando dos livros correntes, não o esquece:

" Por cima o *Lavatório da Consciência – Peregrino da América, os Segredos da Natureza, Fênix Renascida...*"<sup>5</sup>.

A obra tem três características marcantes: aproxima-se da literatura dos viajantes, constitui um tratado doutrinário e moral e sofre a influência do espírito barroco.

Em primeiro lugar, trata-se de um texto que pode ser incluído remotamente na literatura dos viajantes, tão desenvolvida nos séculos XV e XVI. A motivação principal dessa literatura era a descoberta tanto de novas terras como de novos produtos minerais e vegetais, considerados importantes para a expansão colonial e o incremento comercial da época. No Brasil, porém, a descoberta das Minas se fez somente a partir de fins do século XVII. Tratava-se assim, como afirmava Nuno Marques Pereira, de "um novo mundo descoberto, há tantos anos incógnito" (I, 45).

A partir do século XV os portugueses se haviam caracterizado como navegantes por excelência. Por essa razão, em sua obra *Utopia*, Thomas Morus apresenta como seu principal informante o português Rafael, companheiro de Américo Vespúcio em várias expedições marítimas.

A obra *Peregrinação*, escrita no século XVI por Fernão Mendes Pinto e publicada em 1614, é outra contribuição expressiva para esse gênero de literatura.

Já no século XVI o frade André Thevet exaltava as viagens como forma de enriquecimento não só cultural, mas até mesmo religioso:

"Considerando o quanto a longa experiência dos fatos e a fiel observação das diversas terras e nações, juntamente com os seus costumes e modos de vida,

<sup>5</sup> Afrânio PEIXOTO, "Nota Preliminar" in *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, Rio de Janeiro, A.B.L., 1988, tomo I, p.14.

contribuem para aumentar a perfeição do homem, sendo estas atividades ademais, as mais louváveis de todas, pois elas de fato permitem que se enriqueça o espírito com heróica virtude e sólida ciência, resolvi empreender uma segunda grande viagem..."<sup>6</sup>.

A navegação constituía nos séculos XV e XVI o instrumento que permitia aos europeus ampliar o seu conhecimento do cosmo. Mas essas viagens marítimas eram extremamente precárias, exigindo extrema coragem dos homens que delas participassem. Por isso, Thevet as considerava também como um modo de crescimento na virtude.

Também Nuno Marques Pereira evoca a importância das viagens no início de sua obra:

"Não merece pouca estimação o que, desprezando os mimos e regalos de sua pátria, busca as alheias, para nelas se qualificar com mais largas experiências: por cuja razão é o sair da pátria que faz aos homens mais capazes, e idôneos para muitas grandes empresas, e suficientes para tudo, como tem feito a tantos varões ilustres".

Desde o início, porém, o Peregrino adverte que sua preocupação com as viagens é de natureza ética:

"Porém, há de ser com intenção de não mudar só de lugar, senão também de costumes; porque é certo que quem peregrina, acompanhado de seus vícios, mais valera não haver saído, pois tornará mais perdido que aproveitado, porque as enfermidades da alma não se curam com mudança de lugar" (I, 38-39).

Fica bem claro que o autor entende peregrinação como um exercício carregado de conteúdo moral.

Aliás, já na introdução ao segundo volume, Nuno Marques Pereira declara explicitamente ter sofrido a influência de obras nas quais a palavra "peregrinação" assumia um caráter marcadamente religioso, tal qual era empregada na Idade Média para assinalar os itinerários em demanda da Terra Santa ou do Santuário de Santiago de Compostela. Trata-se do livro *Peregrino predestinado* do Pe. Alexandre de Gusmão e do livro *Peregrinação cristã* de Tristão Barbosa de Carvalho (II, 34).

Assim sendo, a característica principal do *Peregrino da América* é, sem dúvida, a pregação de ensinamentos morais. Trata-se de um texto de doutrina e espiritualidade católica. Daí, como já ressaltai anteriormente, ter sido o autor incluído entre os moralistas do século XVIII.

A obra tem como finalidade específica orientar os leitores para o verdadeiro caminho da salvação eterna, e para a conquista do Paraíso, numa época em

---

<sup>6</sup> André THEVET, *As singularidades da França Antártica*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1978, p.12.

que, como decorrência da descoberta das Minas Gerais, crescia em muitos o desejo da obtenção de uma felicidade plena aqui na terra. É o que o autor declara na apresentação da obra:

“Confesso-vos ingenuamente, amigo leitor, que pasmo e me admiro de ver os homens, como se precipitam por seguirem a opinião vulgar, desprezando a santa doutrina do Sagrado Evangelho, levados mais da vaidade Gentilica, que da doutrina de Cristo ao que estamos obrigados a procurar como Católicos Cristãos”.

E, acrescenta em seguida:

“A este propósito me lembra, que estando eu em casa de um amigo lendo o *Báculo Pastoral*, entrou um desses loucos peripatéticos, desvanecido com presunções de discreto; e sabendo do título do livro, me disse que nenhum homem de juízo se ocupava em ler um livro tão vulgar...”

Não é para este, a quem ofereço o meu *Peregrino da América*, senão para vós, querido e amado leitor; e vos peço, quando nele acheis alguma coisa que vos agrade, louveis a Deus, que por mão de uma humilde criatura vos quis dar prato de que gostásseis; para que em recíproca união vamos gozar da Bem-Aventura em presença de Deus. Vale” (I, 26-27).

Segundo o interlocutor “peripatético” acima referido, o importante era ler novelas e comédias, “porque estes livros ensinam a falar”.

Ao que Nuno Marques Pereira respondia que “esses livros e outros semelhantes ensinam a falar, para pecar”, ao passo que os livros espirituais “ensinam a obrar, para salvar” (I, 26-27).

Apesar dessas declarações explícitas, o *Peregrino da América* apresenta também características literárias marcantes. Daí, ter ele sido publicado em 1939 pela Academia Brasileira de Letras, e reeditado em 1988 por essa mesma instituição literária.

Dentro dessa perspectiva, escreve Afrânio Coutinho:

“Que a obra pertence ao gênero de literatura narrativa, de ficção de costumes, não há dúvida. É o primeiro livro escrito por brasileiro, no Brasil, de narração imaginativa. E é em prosa, com numerosos textos em verso.

Que é obra, comum na época, de edificação moral e misticismo, de apologética religiosa, também há que concordar-se. Evidentemente, porém, não se enquadra no conceito atual de romance ou novela”.

Segundo o mesmo crítico, a obra é um típico exemplo da produção literária do período barroco no Brasil:

“Por fim, não escapa à apreciação o caráter de brasilidade do livro. O barroquismo, aliás, está intimamente associado, no Brasil, ao sentido brasileiro da cultura, e

favorece a tendência nacionalizante. *O Peregrino da América* é um fiel espelho dos costumes, do ambiente social, político e cultural, do sincretismo barroco, em que o espírito brasileiro começava a afirmar-se com autonomia e identidade própria<sup>7</sup>.

A arte barroca expressava de certa forma o triunfo da contra-reforma católica nos países de tradição latina, sendo a Companhia de Jesus um dos símbolos desse espírito oriundo do Concílio de Trento.

A obra de Nuno Marques Pereira constituiu um importante veículo para a difusão da doutrina moral tridentina. Dentro desse mesmo espírito tridentino, atuava o bispo D. Sebastião Monteiro da Vide, realizando em 1707 o primeiro sínodo da arquidiocese, em que foram elaboradas as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Nas décadas seguintes o Pe. Gabriel Malagrida tentou implantar a instituição dos seminários no Brasil.

Mas esse avanço da mentalidade tridentina foi bruscamente bloqueado em 1759 mediante a expulsão dos membros da Companhia de Jesus.

## **2. O conteúdo da obra**

A obra de Nuno Marques Pereira constitui um verdadeiro libelo contra a corrida para as Minas Gerais em busca do enriquecimento fácil. De fato, o *Peregrino*, figura principal da obra, afirma ter chegado à Bahia "a tempo que se contavam tantas alabanças e grandezas dessas Minas de Ouro de São Paulo" (I, 45).

Em oposição à idéia de que a vida nesta terra pudesse se transformar num Paraíso através da aquisição da riqueza e do poder, o autor do *Compêndio Narrativo* insiste no caráter transitório da existência humana, reafirmando os tradicionais valores cristãos com ênfase no seu aspecto transcendente.

A finalidade da criação, segundo a doutrina católica tridentina, era que o homem se dedicasse ao conhecimento de Deus neste mundo para depois gozar da felicidade de permanecer eternamente com ele no Paraíso. Esse conhecimento de Deus era adquirido através da prática dos ensinamentos cristãos, não se coadunando de forma alguma com a avidez pelo ouro e pelo desejo de bem-estar material.

Sob esse aspecto, pode-se afirmar que a obra constitui um compêndio de normas de caráter religioso e moral, visando indicar para as pessoas o verdadeiro caminho para o céu.

A fim de ressaltar ainda mais a importância do desprezo pela riqueza, Nuno Marques Pereira apresenta a figura de um religioso — verdadeiro convertido para a ascese cristã — que o recebe na Casa da Doutrina. Nascido em Portugal,

<sup>7</sup> Afrânio COUTINHO, "Introdução" in *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, Rio de Janeiro, A.B.L., 1988, t. I, pp.5, 12.

onde aprendera o ofício de carapina, recebera no batismo o nome de Fernando. É o próprio religioso que faz a seguinte narrativa:

“Neste tempo chegou à minha pátria a notícia dos grandes haveres que se havia descoberto neste Estado do Brasil nas minas de ouro, por cuja razão me deliberei embarcar em uma frota, que fazia viagem para o Rio de Janeiro, sem mais cabedais que a ferramenta do meu ofício. Até que cheguei a salvamento àquela cidade. E depois, tendo ocasião de comboio, me passei para as minas, e nelas fui tão bem sucedido, que em menos de oito anos ganhei sete mil cruzados pelo meu ofício, deles remeti a meus pais um conto de réis, de que já tenho cartas suas que estão deles entregues.

E com o mais resto deste dinheiro me resolvi a passar para Portugal, por me livrar daquela torre de Babel e Labirinto de Creta; pelo grande risco em que me considerava da minha salvação. E pondo-me a caminho, nele tive notícia deste santo templo de enfermidade e casa da santa doutrina, e do quanto nele se costuma inculcar os meios de viver bem e virtuosamente” (II, 228).

A região de Minas é apresentada, portanto, como Babilônia, cidade do pecado, lugar de corrupção da alma humana. A salvação só era possível mediante a volta à prática dos ensinamentos católicos.

De fato, ao ouvir uma pregação de missão Fernando se converteu, tornando-se religioso e assumindo o expressivo nome de *Desiderium videndi Deum* ou seja, *Desejo de ver a Deus*. Dessa forma, esse personagem trocou a ilusória conquista de um paraíso terreno nas Minas Gerais, pela expectativa de uma volta, não já à sua pátria lusitana, mas à verdadeira pátria celeste.

Embora o tema do Paraíso apareça em toda a obra de Nuno Marques Pereira, é no final que merece um relevo especial através da pregação de uma santa missão. De fato, os novíssimos do homem — morte, juízo, inferno e paraíso — constituíam um objeto específico dessa modalidade de doutrinação católica.

No *Compêndio Narrativo*, o Paraíso é apresentado através de três imagens principais: pátria, reino e cidade. Essas três visões são apresentadas com frequência entrelaçadas entre si. Não obstante, a fim de que se possa melhor perceber as matrizes que deram origem a essas diversas concepções do Paraíso, bem como as características peculiares de cada uma delas, a análise a seguir será feita de forma a distinguir uma da outra.

### 2.1. A Pátria perdida

Uma das concepções utilizadas por Nuno Marques Pereira para representar o Paraíso é a de pátria. Dentro da perspectiva do autor, o Paraíso constitui a verdadeira pátria dos cristãos.

Etimologicamente a palavra pátria vem do latim *pater*, que significa *pai*. Nesse sentido, a pátria é a terra dos pais, dos antepassados. Mais especificamente, a pátria é a região onde as pessoas foram geradas pelos progenitores:

é a *terra natal*. É nessa terra pátria que normalmente as pessoas estabelecem sua casa, seu lar.

Dentro da tradição judeu-cristã, o Paraíso era a pátria dos primeiros pais da humanidade, Adão e Eva. Criados por Deus, o Pai Supremo, ambos foram postos de início num Paraíso terrestre, o Éden.

É bastante significativo que esta visão do Paraíso seja apresentada no início do primeiro texto sagrado da Bíblia, o Gênesis. O Paraíso é situado desta forma no início da história da humanidade, constitui o seu prólogo:

“Iahweh Deus plantou um jardim em Éden, no oriente, e aí colocou o homem que modelara. Iahweh Deus fez crescer do solo toda a espécie de árvores formosas de ver e boas de comer... Um rio saía de Éden para regar o jardim e de lá se dividia formando quatro braços...” (Gn 2,8-10).

E os exegetas tradutores da *Bíblia de Jerusalém* assim comentam o texto:

“‘Jardim’ é traduzido por ‘Paraíso’ na versão grega, e depois em toda a tradição. ‘Éden’ é um nome geográfico que foge a qualquer localização, e inicialmente pode ter tido o significado de ‘estepe’. Mas os israelitas interpretaram a palavra segundo o hebraico ‘delícias’ raiz, ‘dn. A distinção entre Éden e o jardim, expressa aqui e no v.10, se esfuma em seguida: fala-se do ‘jardim de Éden’ (v. 15; 3,23.24). Em Ez 28,13 e 31,9, Éden é o ‘jardim de Deus’, e em Is 51,3, Éden, o ‘jardim de Iahweh’, é o oposto ao deserto e à estepe”<sup>8</sup>.

Essa pátria primitiva da humanidade e de Deus é apresentada dentro de uma perspectiva marcadamente rural, típica das sociedades primitivas.

Um conceito análogo, aliás, aparece na *Odisséia* de Homero. Os Campos Elíseos são descritos como uma região onde “a vida dos homens decorre facilíma; ali jamais cai neve, nem tempestade grossa nem chuva, mas Oceano levanta sem cessar, para refrigério dos homens, a sibilante aragem de Zéfiro”<sup>9</sup>.

Enquanto o trabalho agrário era considerado cansativo e extenuante, pela aridez do solo coberto de “cardos e espinhos”, a tradição religiosa evocava uma região anterior, em que a natureza fora inteiramente pródiga para com o homem. Essa era a “terra natal” dos nossos “primeiros pais”, sua pátria de origem, perdida através do pecado.

O Paraíso edênico era apresentado, portanto, como o verdadeiro *habitat* do homem, como o lugar próprio para sua morada.

Não obstante, a essa etapa primeira de felicidade humana sucedera uma outra fase de tristeza e sofrimento. Desse modo, a história da humanidade era apresentada como correspondente a um declínio e a uma queda: de uma etapa

<sup>8</sup> *Bíblia de Jerusalém* (tr. br.), nota v, a Gn 2,8.

<sup>9</sup> HOMERO, *Odisséia*, São Paulo, Cultrix, 1988, p. 53.

anterior de harmonia com a natureza o homem passara para uma nova época de dor e de morte.

Assim sendo, o espaço geográfico habitado atualmente pelos homens é apresentado como um lugar de exílio, de desterro. Não existe nele a beleza da verdadeira pátria, da terra natal.

Santo Agostinho foi, sem dúvida, quem mais desenvolveu essa doutrina de caráter ascético, a respeito do pouco valor a ser atribuído aos bens da terra em força de sua condição de exílio. Trata-se de uma verdadeira teologia do Desterro, cujo fundamento é a doutrina do pecado original. Segundo a narração bíblica (Gn 3), Eva, seduzida pela serpente, ofereceu a Adão um fruto proibido por Deus, resultando daí como castigo a expulsão do Paraíso. Dessa forma, os nossos primeiros pais perderam para si e para seus descendentes a felicidade.

Em sua obra, Nuno Marques Pereira evoca esse momento dramático da história humana, mediante a figura de um encontro do Peregrino com uma moça junto a uma árvore. Esta colhe um dos frutos caídos por terra, acrescentando esses versos bem expressivos:

“Se Eva lá, com o seu homem,  
comeu do fruto vedado,  
eu também por meu pecado,  
comerei este com fome” (II, 188)<sup>10</sup>.

Dessa forma, o céu passou a ser considerado como pátria perdida, o lar do qual a humanidade fora expulsa por causa do pecado.

Não se tratava de um pecado individual de cada homem, mas de uma culpa realizada por aqueles que foram constituídos cabeças da humanidade, e transmitida por conseguinte a todos os seus descendentes. Esse pecado cometido nas origens da humanidade — pecado original — passou a afetar negativamente a existência de todos os homens.

Enquanto o Paraíso era a morada de Deus, a terra transformara-se pelo pecado no domínio do demônio. Assim sendo, somente a fé católica podia fazer com que esse lugar de pecado voltasse a ser de novo um espaço de graça e de benção divina.

Por uma sina misteriosa dos desígnios divinos, alguns povos ficaram marcados de modo especial por esse estigma do pecado. Tal era o caso da raça negra, considerada pela tradição cristã como descendente de Caim ou de Cam.

Para Nuno Marques Pereira os negros, através dos seus rituais religiosos, continuavam a expressar sua servidão ao Príncipe das trevas. Daí, segundo ele, a justificativa para o tráfico e a escravidão dos negros:

---

<sup>10</sup> Convém recordar que uma das antigas marchinhas do carnaval brasileiro evocava também esse mesmo episódio em tom picaresco: “Adão, meu querido Adão - Todo o mundo sabe - Que perdeste o juízo - Por causa da serpente enganadora - O velho Mestre te expulsou do Paraíso”.

“Porque, para os que vivem nas trevas da gentildade, costuma a Divina Providência usar de misericórdia com eles, mandando-os alumiar com a luz da fé pelos operários do Santo Evangelho, aos quais chamou Cristo luz do mundo [...]. E também permite sua divina misericórdia, que muitos destes gentios sejam trazidos às terras dos católicos, para os ensinarem e doutrinarem, e lhes tirem os ritos gentílicos, que tinham aprendido com seus pais”.

E, em seguida, acrescenta:

“Também é certo que, por direito especial de uma bula do Sumo Pontífice se permitiu que eles fossem cativos, com o pretexto de serem trazidos à nossa santa fé católica, tirando-se-lhes todos os ritos, e superstições gentílicas, e ensinando-lhes a doutrina de Cristo: o que se não poderia fazer, se sobre esses não tivéssemos domínio” (I, 146-147).

Convém ter presente que a palavra *pretexto* é empregada aqui no sentido de finalidade, e o documento pontifício a que se refere o autor é a bula do papa Pio II de 5 de outubro de 1462.

Na perspectiva de Nuno Marques, o fato de terem os portugueses tirado os negros de suas terras pagãs trazendo-os para um território cristão — verdadeira sala de espera para a volta ao Paraíso perdido — deveria constituir para eles motivo de reconhecimento e alegria:

“Vede se pode haver maior benefício, que escolher-vos Deus entre tantos idólatras, e diferentes nações, trazendo-vos ao grêmio da Igreja, para que lá com vossos pais não vos perdêsseis, e cá como filhos seus vos salvásseis? Pode haver maior benefício?” (I, 150).

Ao que tudo indica, com o progressivo desenvolvimento urbano em consequência da descoberta do ouro, os negros passaram a encontrar maior espaço para realizar seus rituais religiosos em áreas periféricas. Vivendo na Bahia em fins do século XVIII, o professor Luís dos Santos Vilhena reclamava contra a presença de danças africanas pelas ruas da cidade:

“Por outro princípio não parece ser muito certo em política tolerar que pelas ruas e terreiros da cidade façam multidões de negros de um e outro sexo seus batuques bárbaros a toque de muitos e horrorosos atabaques, dançando desonestamente e cantando canções gentílicas, falando línguas diversas e isto com alaridos tão horrendos que causam medo e estranheza ainda aos mais afoitos”<sup>11</sup>.

Já em décadas anteriores, Nuno Marques levantava a sua voz, por uma razão religiosa bem específica: não se poderia tolerar que os negros, transferidos de uma terra do demônio para uma terra cristã, transformassem a colônia luso-brasileira num lugar de pecado e perdição:

---

<sup>11</sup> Luís dos Santos VILHENA, *A Bahia no século XVIII*, Salvador, Editora Itapoã, 1969, v.1, p. 134.

“Logo como se lhes pode permitir agora, que usem de semelhantes ritos e abusos tão indecentes, e com tais estrondos, que parece que nos quer o demônio mandar tocar triunfo ao som destes infernais instrumentos, para nos mostrar como tem alcançado vitória nas terras, em que o verdadeiro Deus tem arvorado a sua cruz à custa de tantos operários, quantos têm introduzido neste novo mundo a verdadeira fé do Santo Evangelho?” (II, 147).

A argumentação do autor do *Compêndio Narrativo* é bastante coerente com os princípios teológicos nos quais ele crê. Como ponto de partida, a terra é considerada apenas um lugar de passagem, na qual o homem, sob o peso do pecado original, cumpre uma etapa transitória de sua vida.

Assim como o pecado de Adão está no início da história da humanidade, o pecado original se situa também no início da vida de cada homem que vem a este mundo. Daí, a importância do ritual do batismo a ser ministrado logo após o nascimento de uma criança. Somente através desse rito sagrado — sacramento — a pessoa passa a readquirir o direito de volta ao Paraíso perdido. A ação missionária em terras indígenas e africanas visava oferecer a essas populações esse passaporte para o reingresso na pátria de origem.

Não obstante, era necessário que os cristãos se mantivessem coerentes com os compromissos exigidos pela verdadeira fé. O tráfico de escravos para as terras luso-brasileiras visava facilitar aos negros a fidelidade a esses compromissos. Para isso, porém, era necessário impedir a todo custo que retomassem o caminho do pecado através de suas práticas religiosas.

Para todos, aliás, tanto negros como brancos cristãos, era necessário manter o espírito voltado para a Pátria celeste, verdadeira morada dos homens.

Daí a importância da pregação feita a respeito do Paraíso durante as santas missões. Nuno Marques Pereira registra alguns tópicos do sermão de um desses pregadores:

“David, cheio de gozo e alegria, disse (Ps. 82): tão amável é o lugar da vossa morada! Minha alma não saberia cuidar em coisa mais agradável, posto que cuidando nela pasme”.

E, em seguida, o mesmo sacerdote prossegue:

“Esta consideração é que fazia dizer a Santo Inácio, olhando para o céu e desfazendo-se em lágrimas: ó como me parece a terra feia quando olho para o céu! Aquela é a morada dos mortais, habitação dos viventes e Pátria dos Anjos; é esta a prisão dos pecadores. O céu é o nobre paço dos justos, e filhos de Deus. Ditosos cem mil vezes aqueles que habitam nesta Santa Casa” (II, 312).

Diante da lembrança da felicidade do Paraíso, o ser humano sente cada vez mais a terra como lugar de exílio no qual foi encarcerado em consequência do pecado. O Paraíso é também o lar paterno abandonado, ao qual o homem — em modo análogo ao filho pródigo da parábola — deve voltar após a triste

caminhada por terras distantes, onde na realidade encontrara apenas fome e miséria.

Esta pátria celeste e este lar ditoso são apresentados no *Compêndio Narrativo* com as características específicas do Paraíso edênico:

"Tudo neste venturoso Estado é permanente e sereno dia, eterna primavera, flores que se não murcham, verduras que não se secam, fontes de eterna vida, rio perene de delícias, que alegra com sua vista e luzida corrente a cidade da Glória: tudo música suavíssima em alternados coros de espíritos angélicos em louvores de Deus" (II, 303).

## 2.2. O Reino transfigurado

A idéia de Paraíso foi associada com o conceito de Reino, centro da pregação de Jesus. Originalmente o Reino de Deus não coincide com o Paraíso. É uma realidade que começa já agora, na atuação de Jesus, e se manifestará em plenitude no futuro.

O termo original é Reino de Deus. O respeito ao nome divino que fazia os judeus evitarem de pronunciá-lo, levou à adoção da expressão Reino dos Céus, onde Céus é circunlóquio para dizer Deus.

Mateus, escrevendo seu evangelho para uma comunidade judeu-cristã, conserva o circunlóquio e fala de Reino dos Céus, ao contrário de Marcos e Lucas que traduzem a expressão para seus leitores de origem grega.

A tradição cristã esqueceu grandemente a dimensão presente do Reino e o interpretou no sentido escatológico. Além disso, deu preferência à expressão de Mateus, Reino dos Céus, identificado como o céu empíreo, habitação da divindade.

O ideal escatológico é, por outro lado, fundido com o ideal protológico do Paraíso, de forma que o Reino dos Céus é considerado de certa maneira a volta ao Paraíso perdido (embora em outros ramos da tradição se conserve claramente a distinção).

Essa idéia do Paraíso como o Reino de Deus aparece também expressa no *Compêndio Narrativo*, através da voz do pregador de missão:

"São Mateus diz que é um grande Reino. São Lucas certifica que é eterno. São Pedro o nomeia divino. Na verdade que assim é, pois que Deus é Rei, e a Virgem Maria a Rainha, e os anjos são os cortesãos, e os santos os moradores. Reino, onde não se fala mais que de alegria, e contentamento, estando dali desterrada a tristeza, e moléstia, onde se não vê plebeu, senão todos de uma antiga nobreza; onde toda a sorte de bens se acha em abundância" (II, 311-312).

A concepção de Paraíso como Reino foi amplamente divulgada na Idade Média. Não resta dúvida de que, ao construírem a visão do Paraíso à seme-

lhança de um reino terrestre, os autores da época tinham presente aquilo que segundo eles era a maior expressão de poder e grandeza. Imaginar o Paraíso como reino significava dar-lhe características de perenidade, tão bem expressas através das altas muralhas dos castelos e palácios reais. Ao representar Deus revestido de vestes reais, com a cabeça coroada, em meio a uma corte de anjos e santos, havia uma intenção declarada de atribuir à divindade toda a fonte de poder sobre o céu e a terra.

Ao mesmo tempo, porém, essa forma de percepção do Paraíso constituía também um instrumento de sacralização das monarquias, e mais especificamente, do próprio poder real. De fato, era assim estabelecida uma certa continuidade entre o poder humano e o divino, uma verdadeira ponte entre a corte real e a corte celeste. O rei, transformado em figura sagrada em virtude do ritual de consagração, tornava-se, de certo modo, a imagem viva de Deus entre o povo. Se o trono celeste era um privilégio divino, só ao monarca era permitido sentar-se no trono real. E da mesma forma que Deus aparecia circundado por uma corte celeste, também os reis se apresentavam acompanhados de seus cortesãos.

Embora a obra de Nuno Marques Pereira tivesse como finalidade enfatizar a importância da vida ascética e da renúncia aos prazeres e vaidades do mundo, de forma alguma tencionava questionar a idéia de Cristandade implantada pela Coroa lusitana.

Pelo contrário, mostra-se extremamente respeitoso dessa sociedade político-religiosa hierarquicamente estabelecida. Por isso, após ter iniciado sua obra com uma verdadeira apologia em favor do desprezo pelas riquezas, expressão da vaidade humana, preocupa-se logo em salvaguardar o direito dos monarcas na manutenção de sua pompa e grandeza. Nesse sentido, afirma categoricamente:

“Temos muitos grandes exemplos de que tem havido muitos santos imperadores, reis, e fidalgos muito poderosos que, sem largarem seus Reinos e Estados, viveram e acabaram com grande virtude.

Porque é muito próprio em Deus não querer que a virtude impeça a administração do ofício”.

Confirma o sobredito com uma referência bem expressiva:

“Pois não seria muito justo a um rei, que vivesse como um anacoreta, como vos mostrarei nos exemplos seguintes.

De certo ermitão de boa vida se conta que, querendo saber de Deus quem naquele tempo o igualava na virtude, lhe foi revelado que o imperador Teodósio, posto que estava na maior grandeza do mundo no seu império: porque com toda a sua majestade não lhe era inferior nas boas obras”.

Após citar o exemplo de São Luís, rei da França, o Peregrino prossegue:

"No nosso primeiro rei de Portugal Afonso Henriques se pode ver o muito que obrou em toda a sua vida, com tão grandes exemplos de virtude, que chegou a ter o merecimento de lhe aparecer Cristo Senhor nosso visivelmente: e por isso, tão feliz, como vitorioso contra a nação otomana, vencendo-os e destruindo-os, pelo grande valor, com que Deus sempre o favoreceu. Deu este famoso rei o princípio às glórias da nossa dilatada monarquia, vivendo e reinando no seu mesmo reino, onde acabou com grande opinião de conhecida virtude. O que comprova pelos muitos milagres que tem feito depois de morto..."

São citados em seguida, os exemplos de alguns reis da Espanha, para concluir:

"E que direi eu dos príncipes e reis do nosso reino de Portugal, e do seu grande zelo, e heróicas obras de virtude que fizeram, e estão obrando; por serem cristianíssimos, fervorosos, e diligentes, aumentadores do culto divino, defensores da Igreja de Roma, e por isso, sempre favorecidos dos Sumos Pontífices com singulares graças, e indulgências; e não menos por haverem sempre estendido a fé de Cristo, ainda pelas mais remotas partes do mundo; e com inteira observância da religião católica, sem a mínima nota, nem discrepância da fé" (I, 55-58).

Exatamente porque o monarca católico era o fiel representante do poder e da justiça divina na terra qualquer desrespeito à sua pessoa era considerado como um sacrilégio, um crime de lesa-majestade.

A visão do Paraíso como reino constituía, portanto, um importante instrumento de defesa da própria ordem social estabelecida.

É importante ter presente que também o paulista Matias Aires, nas suas *Reflexões sobre a vaidade dos homens*, obra de conteúdo moral análogo ao *Compêndio Narrativo*, faz questão de declarar explicitamente que os monarcas estão isentos das obrigações de humildade e desprezo das coisas terrenas, afirmando:

"Só a vaidade dos reis é vaidade justa, porque a Providência já quase os formou para dominação, logo os destinou para figuras da divindade, e com uma semelhança mais que material, e indiferente; porque a mesma essência de que são imagens, parece lhes comunicar uma porção da idéia que representam. Por mais que os sucessos sejam regidos pelo acaso, contudo aos reis não os faz a fortuna, nem o valor; mas sim aquela mesma inteligência, que dá os primeiros e principais movimentos ao Universo"<sup>12</sup>.

Os evangelhos sinóticos narram que, antes da sua paixão e morte, Jesus afastou-se para um monte isolado, em companhia dos apóstolos Pedro, Tiago e João, e se transfigurou diante deles: "O seu rosto resplandeceu como o sol, e as suas vestes tornaram-se alvas como a luz" (Mt 17,2). Havia com isso uma

---

<sup>12</sup> Matias Aires Ramos da SILVA EÇA, *Reflexões sobre a vaidade dos homens*, São Paulo, Martins Editora, 1966, pp. 66-67.

demonstração de que sob o véu da humanidade estava escondida a própria divindade de Cristo. A glória celeste não seria senão uma transfiguração de sua presença terrestre.

Na realidade, havia também uma concepção bastante difundida na Idade Média, segundo a qual a sociedade cristã da época, tendo à frente a pessoa do monarca, era já uma prefiguração do Paraíso. Assim sendo, a glória celeste seria apenas uma continuação transfigurada da própria Cristandade.

No Paraíso, portanto, seriam mantidos os mesmos níveis de hierarquia, desde que as pessoas permanecessem fiéis à prática dos deveres cristãos nos diversos graus em que estava organizada a sociedade. Com uma ressalva, importante, porém: no Paraíso não haveria mais pobres, indigentes ou marginalizados pela ordem social.

Na realidade, todos seriam integrados na nova ordem celeste, embora também lá continuassem a existir diferentes graus com relação a uma maior ou menor participação na glória divina. Nuno Marques faz questão de ressaltar esse aspecto através da voz do pregador da missão, em sua referência explícita ao Paraíso:

“Ali cada um dos bem-aventurados estão muito contentes da repartição da glória que Deus lhes tem dado, dando-se por muito satisfeitos com grandes júbilos de glória, e sendo sem número os seus contentamentos. E como serem os bem-aventurados tão diferentes nos estados e merecimentos, e nos prêmios, como diz Santo Agostinho, não pode dar-se inveja, senão amor grande: sim, porque da visão beatífica, que é a glória essencial, participam todos, cada um conforme a sua capacidade ou merecimento, e por isso não é possível haver inveja de outros terem maior glória, nem pode haver emulação, porque a caridade, a grandeza do amor, com que em Deus os bem-aventurados estão unidos, não só exclui todo o dissabor de inveja, e ambição, mas como verdadeiros irmãos, e filhos do mesmo Eterno Pai, se alegram com todos os bens que os outros possuem, e da glória que eternamente logram” (II, 313).

É evidente que nessa visão do Paraíso já aparece uma ênfase bastante grande na questão dos méritos, que constitui um elemento típico da concepção do Paraíso como cidade futura, a ser analisada em seguida.

### 3.3. A Cidade conquistada

Se a concepção de Paraíso como região edênica ou terra natal da humanidade implicava, fundamentalmente, uma idéia de retorno, a imagem do Paraíso como cidade a ser conquistada supõe na sua base o conceito de progresso. Dessa forma, a noção de uma “pátria perdida” no passado é complementada pela perspectiva de uma “cidade” a ser adquirida do futuro.

Enquanto a idéia de Éden, criada numa cultura rural, evocava o sonho de uma etapa primitiva onde houvera uma perfeita harmonia entre o homem e a natureza, o termo cidade era evidentemente originário da sociedade urbana.

A imagem do Paraíso como um jardim divino aparece no primeiro livro da Bíblia; a visão do Paraíso como uma cidade futura é descrita no Apocalipse, o livro que encerra o conjunto dos textos bíblicos. Como cidade celeste, o Paraíso é colocado como meta final da história, como o seu epílogo.

Eis a descrição dessa região futura:

“Vi então um céu novo e uma terra nova — pois o primeiro céu e a primeira terra se foram, e o mar já não existe. Vi também descer do céu, de junto de Deus, a Cidade santa, uma Jerusalém nova, pronta como uma esposa que se enfeitou para seu marido” (Ap 21,1-2).

Na perspectiva do Gênesis existe uma queda: a primeira terra é um jardim de delícias; a segunda repleta de cardos e espinhos. A história do cosmo e da humanidade é apresentada como uma decadência. No horizonte do Apocalipse existe uma ascensão: à primeira terra envelhecida deverá suceder uma nova terra, uma nova Cidade. A Cidade de Deus só aparece após a derrocada da cidade dos homens.

Essa cidade celeste é apresentada no Apocalipse em todos os seus detalhes:

“O material de sua muralha é jaspe, e a cidade é de ouro puro, semelhante a um vidro límpido. Os alicerces da muralha da cidade são recamados com todo o tipo de pedras preciosas... As doze portas são doze pérolas: cada uma das portas era feita de uma só pérola. A praça da cidade é de ouro puro como um vidro transparente... A cidade não precisa do sol ou da lua para a iluminarem, pois a glória de Deus a ilumina, e sua lâmpada é o Cordeiro” (Ap 21,18-23).

Essa perspectiva joanítica é evocada de modo explícito no *Compêndio Narrativo*. Segundo Nuno Marques Pereira, esse conceito de Paraíso é apresentado pelo frade pregador da missão nos seguintes termos:

“São João, no Apocalipse, assegura ser uma grande cidade cujas muralhas são todas de pedras preciosas, levantadas todas sobre fundamentos de puro ouro, aberta em doze grandes portas, que não servem mais que de ostentação, porque jamais se fecham: tão boa claridade que ali produz um contínuo formoso dia, não deixa introduzir-se alguma noite” (II, 311).

Três, portanto, são os aspectos principais ressaltados como características da cidade celeste: a riqueza, concretizada em ouro e pedras preciosas; a segurança completa, a ponto de as portas serem mantidas sempre abertas; a claridade luminosa, afastando qualquer temor inerente às trevas noturnas.

A ênfase nas riquezas do Paraíso não deixava de ser um aspecto importante a ser contraposto à avidez pelo ouro e diamantes, bem típica da região das Minas Gerais. O direito de ingresso na cidade celeste estava, de fato, diretamente vinculado ao desprezo pelo bem-estar terreno, tão procurado nessa época.

Essa perspectiva teológica inspirava-se, fundamentalmente, na doutrina da Epístola aos Hebreus. Segundo ela, os cristãos não deveriam considerar-se cidadãos deste mundo, mas peregrinos em demanda da cidade celeste: "Não temos aqui uma cidade permanente, mas caminhamos em demanda de uma cidade futura" (Hb 13,14), conforme a tradução latina realizada por São Jerônimo no texto conhecido como Vulgata<sup>13</sup>.

A cidade futura é a nova terra prometida aos cristãos, a Jerusalém celeste.

O Paraíso constitui uma meta final, a ser atingida apenas após a morte por aqueles que levarem uma vida pautada segundo os ensinamentos católicos. Para aqueles que não foram julgados dignos de Deus, resta a condenação eterna no inferno. Céu e inferno passam a ser, portanto, duas verdades relativas, correspondentes ao binômio prêmio-castigo. Prêmio=céu; castigo=inferno.

Céu e inferno, aliás, estão situados em lugares completamente opostos. O céu, no lugar mais alto possível, acima do firmamento no qual se encontram as estrelas; inferno, embaixo de tudo, no centro da terra.

Se o Paraíso é uma cidade iluminada, o inferno é um lugar escuro e tenebroso, como ressalta Nuno Marques Pereira:

"Porque, dizem os Santos Padres, que naquele horrível lugar, continuamente se está vendo e ouvindo relâmpagos, trovões, raios e coriscos, além de outros muitos tormentos, que ali se acham juntos e congregados por ser o sítio mais triste e medonho que se pode imaginar".

Enquanto o céu é um lugar situado numa região alta e límpida, o inferno é um local sujo e asqueroso:

"O lugar é o mais infame, e mais baixo, que pode haver, pois é o mesmo centro da terra, e por isso ali se vão ajuntar todas as imundícies, geradas daquela putrefação, como serpentes, escorpiões, víboras, lagartos, sapos e toda casta de bichos venenosos" (II, 298).

A cidade celeste é expressão de liberdade, representada pela amplitude do espaço. As portas são apenas ornamentais, deixando aos seus habitantes contínua liberdade de movimentação. Já o inferno constitui uma verdadeira prisão, onde ninguém pode locomover-se. É o que afirma o frade missionário em sua pregação sobre o inferno:

"Além das mais horrendas e espantosas vistas de tantos demônios e condenados: vede agora se não basta só esta consideração para temermos, recearmos de ser ali habitadores em tal lugar, não só por um dia, semana, mês e ano, senão para uma eternidade, em lugar tão apertado, que dizem os autores e mais peritos matemáticos, que não tem de largura e circuito que duas ou três léguas: vede

---

<sup>13</sup> "Non habemus hic manentem civitatem, sed futuram inquirimus".

agora como ali puderam estar tantos milhões de almas que têm ido a ele, desde o princípio do mundo, e os mais que forem caindo até o fim dele" (II, 298).

Evitar o castigo do inferno e garantir o prêmio celeste deve, pois, constituir a meta de toda a existência humana.

Mas a cidade celeste é apresentada como uma recompensa por parte de Deus, e deve ser merecida pelos homens através de suas boas obras.

Ao situar o Paraíso no início da existência humana, a teologia católica enfatizara a bondade gratuita de Deus em favor da humanidade. A existência humana era fundamentalmente uma obra da graça de Deus, perdida num segundo momento pelo pecado. Essa é a base da teologia agostiniana, predominante na Alta Idade Média, numa sociedade marcadamente rural.

Apresentada como meta final, essa concepção do Paraíso enfatizava a importância da colaboração humana, tão bem expressa através destes ditos populares: "Ajuda-te, e Deus te ajudará". "Quem cedo madruga, Deus ajuda." Numa perspectiva lógica, o primeiro momento, portanto, é o da atuação humana. O Paraíso é aqui situado num segundo tempo, como recompensa dos méritos adquiridos pelos homens. Essa é a base da teologia de Tomás de Aquino, que se afirma a partir da Baixa Idade Média, na nova sociedade urbana em formação.

Convém ter presente que não se trata de oposição entre as duas concepções do Paraíso, como se fossem apresentadas alternativamente. Na realidade, as duas concepções sempre coexistiram na história do cristianismo, tratando-se apenas de uma ênfase maior numa perspectiva ou noutra.

A visão do Paraíso como prêmio final foi muito valorizada a partir do século XVI, com o Concílio de Trento, e difundido especialmente através dos exercícios espirituais de Santo Inácio.

Na realidade, a teologia do mérito é uma resposta católica à mentalidade burguesa que começa a se afirmar a partir do espírito mercantilista, reforçado pela Revolução Comercial.

Uma das características principais da nova burguesia urbana era a ênfase na atividade econômica, tendo em vista o lucro, mediante a acumulação de capital. O êxito comercial é medido em termos de ganhos e perdas, haver e déficit. Ao mesmo tempo, os católicos eram acusados de não valorizarem o mundo, considerando a terra apenas como um exílio ou desterro.

Como resposta, a nova teologia ascética de inspiração tridentina passa a enfatizar que existem dois tipos de atividades no mundo: de um lado, a atividade política e econômica, de significado passageiro, e de outro, a atividade espiritual, de valor eterno, através da qual podem ser acumulados os verdadeiros lucros, ou seja, os méritos para o céu.

Dessa forma, a terra deixa agora de ser prevalentemente um lugar de exílio, e passa a ser considerada cada vez mais como um período de prova,

onde, mediante as obras espirituais, as pessoas podem merecer o prêmio eterno. A existência terrena é apresentada, dessa forma, como um vestibular para a vida eterna.

Em última análise, os valores terrenos continuam destituídos de plenitude de sentido, sendo o único valor verdadeiro a salvação eterna. Há apenas uma mudança de ótica da análise do problema. Na concepção medieval da teologia do Desterro, a salvação fora realizada antes do mundo atual, no Paraíso terrestre, e perdida pelo pecado dos primeiros pais. Na nova perspectiva teológica, a ênfase é posta no caráter último da salvação. O Paraíso não está antes, mas depois deste mundo. Não se trata de um éden perdido, mas de uma cidade a ser conquistada. A salvação torna-se assim a decorrência dos méritos, ou seja, dos lucros espirituais adquiridos na terra. E os pecados aqui cometidos passam a ser o verdadeiro obstáculo para o prêmio. Daí a importância do recurso à mediação sacramental para restabelecer o equilíbrio da balança no julgamento divino.

Enquanto na teologia agostiniana se enfatizava a importância do batismo como condição para o ingresso do ser humano no mundo sem o pecado original, na teologia tridentina cada vez mais se insiste na importância da recepção da confissão na hora da morte, como forma de perdão dos pecados cometidos ao longo da existência e garantia final para a conquista do prêmio eterno.

Embora toda a obra de Nuno Marques Pereira constitua um incentivo para o desprezo da riqueza e da ambição, não pretende o autor de forma alguma, questionar a organização social de sua época. Por isso, limita-se a aconselhar aos ricos que façam muitas esmolas aos necessitados. A esmola é apresentada como uma das melhores garantias de méritos para o céu.

“Vários e infinitos são os bens que resultam aos que costumam fazer esmolas e obras de misericórdia: como também muitas são as promessas com que Deus se obriga a remunerar a quem faz obra de caridade aos pobres.”

E, mais adiante, acrescenta:

“Estes são os verdadeiros bens, que cada um pode levar consigo; porque passam com a alma à outra vida, onde ainda os monarcas e príncipes do mundo se acham sós, e desamparados de toda a companhia; e só se acham com as suas obras boas”.

A conclusão, por sua vez, é bastante moderada:

“Por essa razão, devem os ricos ser muito caritativos, e compassivos para com os pobres; e quando não lhes dêem esmolas, ao menos não lhes devem dar más respostas, com que os façam ir desconsolados; para não ofenderem a Deus, que tanto se paga das obras de caridade feitas aos pobres” (I, 72-73).

Não obstante essa postura conservadora com relação à ordem social, o empenho pessoal do autor é em favor da vida eremítica, contrapondo-se assim

à enorme avidez pelo ouro dominante naquele período da descoberta das Minas Gerais.

Por isso, o Peregrino se apresenta como um homem cuja preocupação fundamental é a própria salvação, ou seja, a conquista do Paraíso. É o que se depreende do diálogo entre o Ancião — símbolo do Tempo — e o Peregrino, expressão da vida eremítica:

“Quisera que me dissésseis que estado tendes e de que tratais? Eu senhor (Ihe respondi) sou peregrino, e trato da minha salvação” (I, 36).

Enquanto nas Minas Gerais os tratos, e os contratos, se faziam a respeito do ouro e dos diamantes, Nuno Marques Pereira apresenta como ideal de vida o trato da própria salvação, condição para que Deus mantenha o prêmio estipulado no seu contrato com os homens: a recompensa do Paraíso.

### **3. A finalidade da obra**

Ao mesmo tempo em que o *Compêndio Narrativo* se apresenta como um libelo contra a avidez do ouro luso-brasileiro, motivada pela descoberta das Minas Gerais, constitui também uma verdadeira apologia em prol da vida eremítica.

Fiel ao modelo tridentino, Nuno Marques Pereira não faz nenhuma crítica direta à institucionalização da vida religiosa, reconhecendo mesmo os seus méritos. Não obstante, o autor denuncia com veemência a crise moral em que se encontravam muitos institutos religiosos. Por essa razão, apresenta a vida eremítica como melhor caminho para que os leigos pudessem obter a salvação, ou seja, o prêmio eterno do Paraíso.

#### *3.1. Valorização da vida eremítica*

Em sua obra sobre a Sociedade Medieval, Le Goff chamava a atenção sobre a necessidade de um estudo mais específico sobre os eremitas, com um modo de vida à margem da vida monástica institucionalizada.

Ao estado monástico pertenciam homens e mulheres que optavam por viver em comunidade, sob a observância de uma regra e a prática dos três votos de pobreza, castidade e obediência. O ingresso na vida religiosa se fazia mediante uma etapa preparatória designada como noviciado.

Na Cristandade Medieval, porém, alguns homens abraçavam uma vida de consagração a Deus fora dos institutos regulares, e eram conhecidos com o nome de eremitas ou ermitães. Os termos *eremita* ou *ermitão* vêm de *ermo*, designação de um lugar solitário ou retirado. O eremita era, portanto, aquela pessoa que se afastava do bulício do mundo para seguir mais de perto os ensinamentos de Cristo. Muitos desses ermitães, aliás, passavam a viver junto

a capelinhas construídas por eles ou por membros da comunidade próxima, designadas como ermidas.

A difusão da biografia de Santo Antão no Ocidente contribuiu, sem dúvida, para a propagação do modelo eremítico, de origem oriental.

O cronista da Quarta Cruzada, Robert de Clari, evocava por sua vez, o exemplo dos eremitas estilitas, típicos da cidade de Constantinopla:

"Havia ainda noutra parte da cidade uma grande maravilha; eram duas colunas, tendo cada uma delas em espessura, pelo menos três braços de homem e cinquenta toesas de altura. E sobre cada uma dessas colunas tinham por hábito viver uns eremitas em pequenos abrigos que ali estavam, e havia portas nas colunas pelas quais uma pessoa podia subir"<sup>14</sup>.

O ermitão São Simeão Estilita, aliás, passou a merecer culto especial no Ocidente. Estilita designava exatamente aquele que escolhia uma coluna por moradia.

Na literatura medieval, os ermitões aparecem como figuras destacadas no ciclo bretão do Graal.

Também na tradição lusitana os ermitões ocupam lugar importante. É um ermitão que anuncia a Afonso Henriques a aparição misteriosa de Cristo em Ourique, fundamento mítico da monarquia. No romanceiro tradicional encontram-se referências a ermitões que fugiram do mundo para melhor garantir a sua salvação eterna, como neste exemplo típico:

"Naquela serrinha alta — naquela mais alta serra —  
vivia um ermitão — em penitência cruel; —  
um homem lhe perguntou — lhe contasse a sua vida —  
pois os pecados grandes seriam — p'ra viver naquela montina:  
— Cavaleiro, não afutures — qu'isso é descortesia,  
fugi do mundo p'ra'mar — a Deus e a Santa Maria"<sup>15</sup>.

No Brasil, desde o século XVI, tornou-se famoso o ermitão Pedro Palácio, o qual viveu e morreu junto à ermida de Nossa Senhora da Penha nas proximidades de Vila Velha, no Espírito Santo. A importância dessa capela é assim evocada por Nuno Marques Pereira através da voz do Peregrino, descrevendo a barra do Espírito Santo:

"Onde vi aquele milagre do céu, pasmo do mundo, assombro da terra, o sagrado templo de Nossa Senhora da Peña ou Penha como lhe chamam muitos, em cima de um alto monte" (I, 170).

<sup>14</sup> Fernanda ESPINOZA, *Antologia de textos históricos medievais*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1981, p. 131.

<sup>15</sup> *Romanceiro Tradicional português*, Lisboa, Editorial Comunicação, 1984, p. 108.

Já em fins do século XVII, outro eremita, Francisco Mar, passava a viver numa gruta nas proximidades do rio São Francisco, transformada em ermida, e assim, lembrada pelo Peregrino:

"Até que cheguei outra vez às margens do rio São Francisco, onde vi aquele milagre do céu na terra, o sagrado templo da Lapa, feito e fabricado pela natureza por permissão divina, que causa admiração a todos os que o vêem, por verem uma igreja com toda a perfeição em um lugar tão solitário" (I, 172).

A obra de Nuno Marques Pereira, aliás, é uma exaltação à vida eremítica, concebida como uma peregrinação através da terra:

"Sabei que este mundo é estrada de peregrinos, e não lugar, nem habitação de moradores: porque a verdadeira pátria é o céu, como assim o advertiu S. Gregório Papa: que por isso enquanto andam os homens neste mundo, lhes chamam caminhantes. E diz S. João Crisóstomo, que neste mundo não há mais que uma virtude, da qual se compõem as outras: e é ter-se por peregrino nesta vida, e por cidadão da Glória.

E quem assim, conhecer a sua pátria, com razão poderá dizer com David: Ai de mim, porque é prolongada a minha peregrinação".

E, mais adiante, acrescenta:

"E assim permitiu Deus que a vida do homem fosse breve... para que resolvesse a se mortificar, e viver conforme os preceitos divinos, e conselhos de Cristo, tendo por grande ventura o comprar, com os trabalhos de uma breve vida na terra, os gostos eternos na Glória, onde deve sempre ter o seu pensamento e o coração, tendo-se neste mundo por peregrino e desterrado, fugindo de empregar o seu coração na terra, porque, como aconselha Santo Agostinho, onde estão fixos e permanentes os nossos corações, ali estão os nossos gostos" (I, 37-38).

Ter o coração voltado para o Paraíso devia ser a aspiração de todos os religiosos, mas isso não era muito freqüente naquela época de crise.

### 3.2. *A crise da vida religiosa*

Se por um lado, a vida eremítica fora muito exaltada na tradição lusitana, por outro havia uma forte crise da vida religiosa institucionalizada no século XVIII.

Nuno Marques, aliás, faz uma crítica das ordens religiosas ao descrever e denunciar o vício da soberba:

"E o pior é que também entra nas clausuras mais reformadas: e se não é pela pompa das galas, acomete pela presunção do nascimento, e fidalguia: e quando vê que nem por um nem por outro modo se pode introduzir, entra pela presunção do saber e por este meio tem destruído grandes talentos".

Mais adiante, o mesmo autor afirma que por causa da soberba, avareza, cobiça e luxúria “faltava a observância nos religiosos” e a “modéstia nos sacerdotes” (I, 52).

É nesse contexto que se situa o esforço reformador do dominicano frei João de Mansilha, em Portugal, como bem se patenteia pelo caráter dramático de suas cartas:

“O certo é que a nossa Ordem está perdida, e o pior é entenderem-no assim as pessoas mais altas deste reino. Por este motivo, estivemos bem perto de termos algum crúzio ou capucho, sobre nós, a reformar-nos”<sup>16</sup>.

Aliás, essa crise atingia também os conventos femininos, conforme deixa claro o mesmo autor, denunciando freqüentes encontros pouco edificantes entre os religiosos e as freiras.

Já no princípio do século, também o dominicano Lucas de Santa Catarina ridicularizava, por intermédio de cartas satíricas, aqueles religiosos e leigos que passavam a existência em busca do amor das religiosas enclausuradas, através das grades do convento. O autor, assim, apresenta a figura desses homens enamorados pelas freiras:

“E logo pôr de joelhos ao pé da grade, e fazer oração àquela imagem enganadora, àquela deusa faminta”<sup>17</sup>.

A crise moral no convento de Desterro da Bahia, por sua vez, é denunciada em várias cartas pelo arcebispo D. José Fialho, à frente da arquidiocese a partir de 1739.

Nuno Marques Pereira reserva um lugar especial no inferno para essas religiosas e seus amantes, num quadro apresentado ao Peregrino:

“Vi umas grades de ferro feitas em brasas ardentes, e da banda de dentro umas mulheres pegando nelas e da parte de fora uns homens puxando pelas mesmas grades, como se uns e outros as quisessem arrancar, saindo de dentro labaredas de fogo e de fora para dentro do mesmo modo se viam acendidas chamas, em que se estavam abrasando”.

Segue-se a oportuna explicação por parte do guia que acompanha o Peregrino:

“Aqueles mulheres e homens que estão puxando por aquelas grades ardentes de flamantes labaredas, como se a quisessem tirar, são as freiras e seus amantes, a

<sup>16</sup> João de MANSILHA, *A história escandalosa dos conventos da Ordem de São Domingos em Portugal. 1774-1776*, Lisboa, Ed. Vega, 1963, p. 37.

<sup>17</sup> Graça Almeida RODRIGUES, *Literatura e sociedade no obra de frei Lucas de Santa Catarina (1660-1740)*, Lisboa, Imp. Nacional, 1983, pp. 183, 186.

quem no mundo chamam devotos, que desejavam arrancar as grades para darem à execução os seus lascivos e torpes desejos" (II, 179).

A crise monástica fora reforçada pela corrida de muitos frades para a região das Minas Gerais. Segundo Nuno Marques Pereira, a descoberta das Minas fora uma das causas dessa decadência da vida religiosa e sacerdotal.

É o que ele mostra através de um diálogo entre o Peregrino e um capelão:

"— E que me direis, senhor (lhe disse eu) de uns certos pregadores missionários que costumam ir às minas e a esses sertões, mais levados dos interesses do ouro e cabedais, que do zelo de servir a Deus e ao bem das almas?

— Assim é, senhor (me disse o capelão) e muito melhor lhes fora a esses sacerdotes irem a essas partes a título de se remediarem pelas suas ordens, havendo urgente causa para o fazerem; porque, além do pouco fruto que fazem a Deus e a seus próximos, metem as suas almas no inferno" (II, 370).

Ao visitar o palácio da Saúde, o Peregrino teve oportunidade de contemplar do alto de uma torre simbólica um panorama do litoral brasileiro, e mais especificamente do território das Minas Gerais. Ao descrever as pessoas dessa região, conclui:

"Finalmente, vi a alguns homens descompostos em ceroulas e camisas, com coroas na cabeça, tocando violas e pandeiros, dançando com mulheres".

E o guia lhe fornece o seguinte esclarecimento:

"Esses homens que vistes em trajas de seculares com coroas nas cabeças, tocando violas e pandeiros, dançando com mulheres, são frades que andam fora de seus conventos, sem licença de seus prelados, feitos apóstatas, os quais, depois de ganharem alguns cabedais vão buscar a seus conventos (se antes disso não os recolhem), e com mimos e presentes e persuasões de oradores de respeito, enganam a seus prelados para os deixarem tornar a essa vida tão estragada e escandalosa, onde vêm acabar miseravelmente" (II, 174-175).

Em seguida, o mesmo guia lhe apresenta um grande painel onde estão simbolizados os sete pecados capitais. No quadro, entre outros animais, aparecem peixes inchados, tendo ao lado um bando de urubus. E a explicação dada é esta:

"Finalmente, aqueles peixes, que vedes estarem tão inchados, é a representação dos frades que andam fora de seus conventos, sem licença de seus prelados, porque já ouvireis dizer, que o frade fora de sua religião é como um peixe fora da água, que logo se dana e apodrece. Os corvos ou urubus junto deles são os demônios, que estão para os despedaçarem e levá-los para o inferno" (II, 175-177).

Se a crise da vida monástica passou a constituir para muitos frades um verdadeiro caminho para o castigo eterno, a vida eremítica era apresentada

como uma eficaz alternativa para garantir o prêmio celeste. Daí a sua grande difusão nessa época, sobretudo na região das Minas Gerais.

### 3.3. *O florescimento da vida eremítica*

Ao estudar a sociedade medieval, Jacques le Goff apresenta o florescimento da vida eremítica como um importante contraponto à formação da sociedade urbana, com seu relativo bem-estar material:

“No momento em que o mundo ocidental se furta à estagnação da Alta Idade Média e se empenha num impulso de avanço rico de êxitos — demográficos, econômicos, sociais —, de fins do século X a fins do século XII, há, em contraponto, para equilibrar esse êxito mundano, senão mesmo para contra ele protestar, uma grande corrente eremítica que se amplifica...”

E conclui, mais adiante, de forma incisiva:

“O eremita, para os homens da Idade Média, é o refúgio do ideal cristão, quando a Igreja parece traí-lo”<sup>18</sup>.

Pode-se afirmar que uma situação análoga ocorre na sociedade colonial luso-brasileira. A partir do século XVIII quando se inicia de forma expressiva a organização urbana no interior do território brasileiro, cresce simultaneamente o movimento eremítico.

Partindo da análise da crise que reduziu à pobreza inúmeras pessoas que buscavam as Minas Gerais, Nuno Marques Pereira aproveita para enfatizar a importância do desprezo aos bens do mundo:

“Oh! Se tais, a quem isto sucedeu, soubessem persuadir-se que tudo era uma quimera, e presunção vaidosa, como escusariam de experimentar aqueles terríveis golpes! Viriam a conhecer que todas as soberbas riquezas se hão de tornar em pó e cinza: e que a maior valentia consiste em pelejar contra os nossos inimigos que são: Mundo, Demônio e Carne” (I, 49-50).

Dentro desse clima de insegurança social e econômica, muitas pessoas buscaram na solidão o caminho para garantir a sua salvação no Paraíso.

Assim, por volta de 1734, no lugar do chamado Fanado, nas Minas Novas de Araçuaí, Isabel Maria, filha do mestre de campo da conquista, João Guimarães, decide viver recolhida em sua casa com algumas parentas. Nos anos seguintes, vários mineiros, obrigados a passar longo tempo em expedições longe da família, entregam suas filhas a Isabel Maria para que vivam em companhia dela como recolhidas. O local ficou conhecido como Casa de Oração do Vale das Lágrimas.

<sup>18</sup> Jacques LE GOFF, *A Civilização do Ocidente Medieval*, Lisboa, Editora Estampa, 1973, v. I, pp. 230-231.

Já anteriormente fora fundado, em janeiro de 1716, um recolhimento feminino junto à ermida de Nossa Senhora da Conceição, em Macaúbas. O fundador era Félix da Costa, ermitão que viera com seus irmãos desde Penedo, bispado de Pernambuco, peregrinando pelo rio das Mortes, sob a proteção da Virgem Maria, cujo estandarte trazia consigo.

Uma das figuras importantes dessa época é o ermitão Feliciano Mendes. Planejando regressar a Portugal por motivos de saúde, acabou fixando-se na região de Congonhas do Campo, onde erigiu uma ermida dedicada ao Bom Jesus de Matosinhos, transformada com o tempo num dos santuários mais populares da região das Minas.

Outro ermitão famoso é o irmão Lourenço, promotor da devoção a Nossa Senhora Mãe dos Homens, em cuja honra erigiu uma ermida na Serra do Caraça. Ao lado, construiu um eremitério, onde passou a viver com diversos companheiros, compelidos pelo mesmo ideal de fuga do mundo.

Esses dois últimos centros de devoção foram fundados na segunda metade do século XVIII. Na mesma época, aliás, se estabelecia outro grupo de eremitas junto à ermida de Nossa Senhora, situada no alto da Serra da Piedade, nas proximidades de Caetés.

Fora da região das Minas Gerais, devemos lembrar a figura de Joana Gomes de Gusmão. Durante uma romaria ao Bom Jesus de Iguape, ela e o marido haviam prometido que, morrendo um deles, o que sobrevivesse se dedicaria a peregrinar pelo mundo servindo a Deus e ao próximo. Enviuvando, Joana cumpriu a promessa, peregrinando até a vila do Desterro, em Santa Catarina, onde construiu uma ermida ao Menino Jesus, dedicando-se a servir aos necessitados e à educação das meninas a partir de 1762.

Na convivência com Joana de Gusmão formou-se outro eremita, o irmão Joaquim. Passou grande parte de sua vida como peregrino pelas províncias da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, onde deixou expressivas obras de caridade.

## **Conclusão**

Entre as heranças culturais recebidas da Idade Média pela sociedade colonial luso-brasileira, o patrimônio religioso constitui, sem dúvida, um dos componentes mais significativos. Foi, aliás, tendo como base esses elementos de tradição cristã que se estruturou a própria ordem social no território da Colônia. Sob esse aspecto, a concepção do Paraíso ocupa um lugar de destaque, vinculada diretamente à idéia de salvação do ser humano após a morte. É fundamental, portanto, ter presente a força dessa mentalidade religiosa que condicionou o esforço dos lusos na implantação do domínio colonial.

Neste estudo procurei indicar como a descoberta das Minas Gerais despertou um forte desejo de riqueza e bem-estar material. É justamente em oposição

a essa mentalidade que Nuno Marques Pereira escreve o *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, procurando despertar entre seus leitores as expectativas religiosas do Paraíso, concebido seja como pátria perdida, seja como reino transfigurado, seja principalmente como cidade a ser conquistada no futuro pelos méritos dos seguidores da doutrina cristã.

Não obstante, o autor tem o cuidado de evitar que essa perspectiva religiosa seja apresentada como conflitante com os interesses dos grupos detentores do poder socioeconômico. Além de manter o caráter sagrado atribuído à monarquia lusa, justifica o regime escravocrata por parte da aristocracia rural e limita-se a aconselhar à burguesia em formação a dádiva de esmolas para com os pobres.

Ao mesmo tempo, porém, não deixa de enfatizar a importância da vida eremítica, como forma de reação à avidez pelo ouro, que atraía para as Minas não apenas levas de leigos, mas até mesmo numerosos religiosos, provocando com isso uma crise significativa das instituições monásticas. O despertar da vida eremítica a partir do século XVIII, sobretudo na região mineira, representa desse modo uma expressiva forma de protesto por parte de leigos católicos contra o avanço do novo espírito burguês, inspirado num projeto de lucro e acumulação de riqueza.

**Rioldo Azzi** é doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, licenciado em História da Igreja pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma) e em Teologia pelo Pontifício Ateneu Salesiano (Roma). Professor na UFRJ e no IBRADES. Pesquisador do Centro João XXIII. Entre suas obras mais recentes, citem-se: *A Cristandade Colonial: mito e ideologia* (Petrópolis, Vozes, 1987); *A Cristandade Colonial: um projeto autoritário* (São Paulo, Paulinas, 1987); *A Igreja e os migrantes* (dois tomos) (São Paulo, Paulinas, 1987-1988).

**Endereço:** Rua Stanley Gomes, 185, c. 1 - Barra da Tijuca - 22600 Rio de Janeiro - RJ